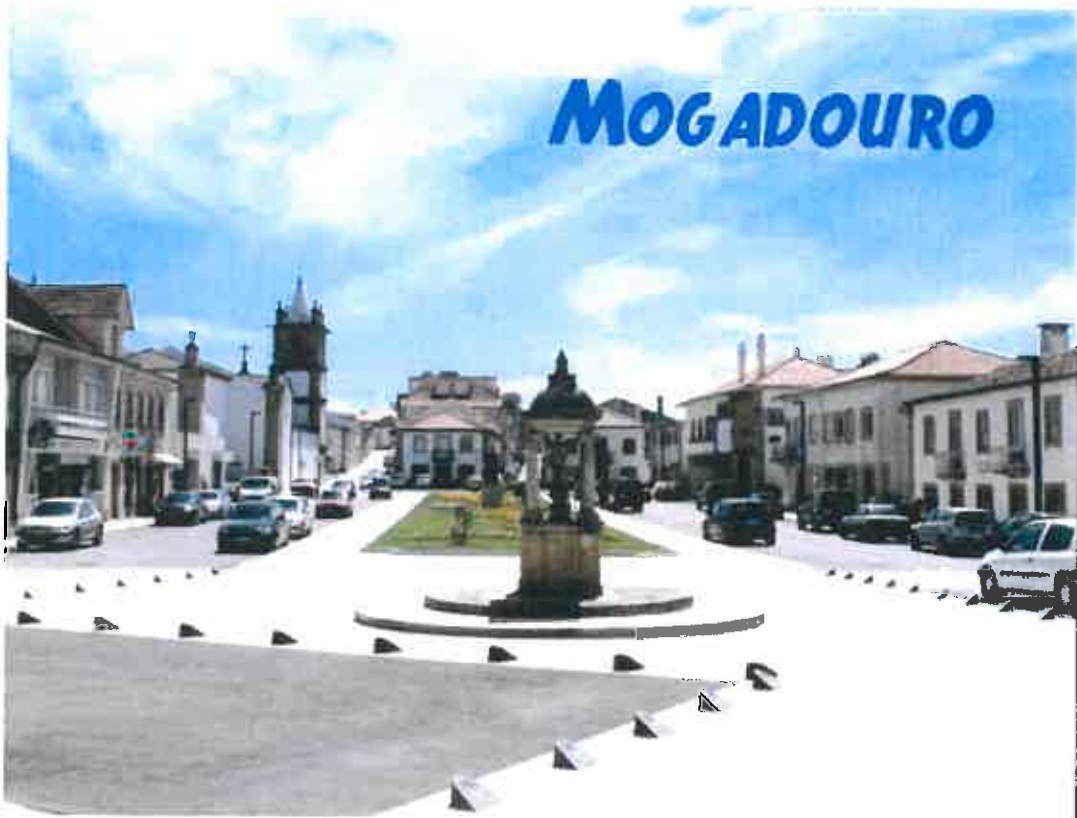


# MUNICÍPIO DE MOGADOURO



Município de  
Mogadouro



**RELATÓRIO E CONTAS**  
**= 2014 =**

MUNICÍPIO DE MOGADOURO

DOCUMENTOS

DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATIVOS

AO

ANO FINANCEIRO DE 2014

Aprovado pela Câmara Municipal Em <u>24</u> de <u>março</u> de 2015	Aprovado pela Assembleia Municipal Em <u>30</u> de <u>Abril</u> de 2015
---	---

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# Relatório de Gestão

*do ano de 2014*

*APROVAÇÕES*

*Câmara Municipal*  
*Em 24 de Março de 2015*

*Assembleia Municipal*  
*Em 30 de Abril de 2015*



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014**

### **Enquadramento Legal**

No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2014, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2014.

Porém, tendo em vista o controlo político, a competência para elaboração da prestação de contas nas autarquias locais é do órgão executivo colegial das autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) conforme previsto na alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional pelo Tribunal de Contas estabelecido na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC), e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está também patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de

*Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.*

*O Relatório de Gestão assume uma importância primordial no âmbito dos documentos de prestação de contas.*

*Assim, à semelhança dos anos anteriores, o presente documento constitui o relatório de análise económica e financeira relativo ao ano de 2014. Pretende-se que seja um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro, de forma a espelhar a eficiência que esteve patente na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Mogadouro, bem como um olhar atento sobre a eficácia no alcance dos objetivos inicialmente aprovados.*

*Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.ª Serie, n.º 191, de 18/08/2001 com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, publicada no D.R. 226 em 21 de Novembro de 2013.*

*Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.*

*Handwritten notes in blue ink:*  
F. 9#  
T. Q  
B. A  
D  
A  
C



Com este relatório, pretende-se dar a conhecer aos órgãos representativos da autarquia e a todos os que direta ou indiretamente se relacionam com o Município de Mogadouro, de forma clara, concisa e detalhada, a situação financeira do Município no final do ano de 2014, bem como a evolução que neste documento se encontra patente e que resulta, também, das políticas e opções do executivo camarário.

## **ORÇAMENTO DE ESTADO**

A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014 na tentativa de diminuir o défice orçamental do país e consolidar as contas públicas, apresentou um conjunto de medidas ainda mais gravosas do que nos anos anteriores, em todas as suas dimensões.

Relativamente às receitas provenientes do OE para 2014, (8.247.361,00€) designadamente FEF, Fundo Social Municipal e IRS, a Câmara Municipal teve uma dotação inferior às transferências de 2013 com 8.561.782,00€, valor esse, só comparável mas ainda assim, inferior às receitas obtidas já no longínquo ano 2004 (8.370.085,00€) e bem diferente e longe dos 9.883.208,00€ transferidos em 2010.

Além das transferências de fundos municipais serem inferiores às de 2013, a Câmara Municipal teve ainda algumas receitas, que não aumentaram ou diminuíram mesmo, ao que não é alheio as políticas adotadas pelo governo, que com o ajustamento orçamental brusco e o aumento de impostos quer sobre os rendimentos quer sobre o consumo, reduziram drasticamente o poder de compra da população, trazendo inclusive sérios danos às famílias e empresas, o que originou o aumento do desemprego, sobretudo nas gerações mais jovens.



*Por outro lado, e no que às despesas diz respeito, o Orçamento de Estado para 2014 ao manter as mesmas taxas de IVA de 23% na eletricidade por exemplo, acarreta custos significativos para o município. Como exemplo destaca-se o valor da iluminação pública com um peso enorme no orçamento municipal superior a meio milhão de euros, cujo impacto no acréscimo do valor do IVA representa mais de 85.000,00€ no ano.*

*Apesar das contrariedades referidas, constatamos que ao longo do ano em análise, reduzimos o passivo bancário de médio e longo prazo em cerca de 700.000,00 €, o que nos leva a um conseqüente aumento da capacidade de endividamento líquido. Ainda nesta matéria é de realçar que a dívida com fornecedores é praticamente nula e o prazo médio de pagamento da faturação é inferior a 30 dias.*

*Durante o ano 2014 a atuação governativa municipal teve sempre em consideração os problemas mais graves do concelho, no contexto da crise que o país atravessa, mas com um grande sentido de responsabilidade na distribuição dos recursos financeiros, acudindo aos problemas crescentes que afetam o concelho, como o desemprego e as necessidades sociais, mantendo por isso um olhar atento na área da ação social e das atividades económicas, pois sendo as famílias mais carenciadas que mais procuram ajuda, os apoios são direcionados especialmente para as crianças e os idosos.*

*Em fase de conclusão o último Quadro Comunitário, e com a abertura do próximo, novos e ambiciosos projetos de valor significativo foram lançados e candidatados ao apoio financeiro dos fundos comunitários, estando alguns já em execução e que terão o seu reflexo no decorrer de 2015, em que se destacam os seguintes: Zona*





*Industrial, III Fase, Ligação ao IC5 e Centro de Interpretação do Mundo Rural.*

### **BALANÇO SOCIAL**

*Neste ponto, e face às restrições impostas pelos consecutivos Orçamentos de Estado no que ao recrutamento de pessoal diz respeito, é de salientar a tendência de descida do número de efetivos ao longo dos últimos anos.*

### **FORMAÇÃO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

*Nesta área foram celebrados protocolos ou dado continuidade aos existentes como:*

*Integração em Estágios Profissionais - 10;*

*Integração em Contratos Emprego Inserção - 78 que iniciaram ou concluíram durante o ano de 2014;*

*Celebração de Protocolos de Colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança com a cedência de instalações para ministrar Cursos de Especialização Tecnológica, bem como para o acolhimento de alunos em estágios curriculares dos mesmos cursos;*

*Celebração de Protocolos de Colaboração com o Instituto de Emprego e formação Profissional, através da cedência de instalações pra ministrar cursos profissionais.*

### **INICIATIVAS DE ÍNDOLE CULTURAL, SOCIAL, DE LAZER E DESPORTIVAS**

*Ao longo do ano de 2014, Mogadouro foi palco de diversas atividades que enriqueceram o quotidiano das suas gentes, não só de cariz cultural, mas também desportivas e de lazer. O Município de Mogadouro congratula-se por apoiar e promover ações que vão ao*



encontro do interesse de todos os munícipes, desde as camadas mais jovens até aos nossos seniores.

A descrição das atividades desenvolvidas, encontram-se espelhadas e relatadas, ao longo do relatório de execução económica e financeira, realçando aqui, apenas algumas ações ou realizações que marcaram o ano 2014 e que a seguir passamos a destacar:

- **Exposições patentes nos espaços do município;**
- **Lançamentos de livros de autores;**
- **Atividades turísticas e de lazer**
  - Red Burros Fly-In;
  - Feira do Livro;
  - Festival Terra Transmontana;
  - Amendoeiras em flor;
  - XII Encontro de Anciãos;
  - Feira dos Gorazes
- **Eventos desportivos:**
  - Férias Desportivas e Culturais;
  - Torneio de Futebol inter- aldeias;
  - Vários Passeios Pedestres
- **Apoio ao associativismo cultural e desportivo**
  - Apoio no desenvolvimento do plano de atividades de associações/ clubes
  - Apoio logístico aos eventos desenvolvidos
- **Utilização das instalações desportivas**
  - Das ações desenvolvidas no ano em análise, salienta-se ainda que algumas têm um carácter de continuidade, como é o



*caso das Férias desportivas e culturais e as atividades extracurriculares*

*- Ação social*

*- Cedência de palco para festas populares e romarias, bem como o pagamento da energia daí resultante;*

*- Cedência de instalações e outros apoios para a Dinamização e Funcionamento da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens);*

*- Habitação/ação social*

*- Apoio à melhoria habitacional - visitas domiciliárias de avaliação para constituição do processo e posterior fornecimento de material, mão-de-obra ou outro apoio técnico necessário à realização de obras de manutenção ou reconstrução.*

*- Educação/ ação social escolar*

*- Atribuição de Auxílios Económicos Escolares - Ensino Pré-escolar (refeição e prolongamento de horário);*

*- Atribuição de Auxílios Económicos Escolares - Ensino Básico 1º Ciclo (refeição, prolongamento e livros escolares);*

*- Organização e cedência gratuita de todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*

*- Desenvolvimento do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular;*

*- Aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar.*

*- Iniciativas na área da saúde*



- Transporte de Utentes para realização de Exames Complementares, ou tratamentos de foro oncológico;
- Apoio à compra de medicamentos
- Ações no setor do ambiente e espaços verdes
  - Ação anual do Limpar Portugal;
  - Manutenção de espaços verdes

### **EXECUÇÃO FINANCEIRA**

O presente relatório, pelo conjunto dos elementos e informação reunidos, permite analisar a atividade desenvolvida no Município durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, possibilitando:

a) Justificar os níveis de execução alcançados, referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e de tesouraria;

b) Retratar a situação económica relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, receitas, despesas, dívidas de curto, médio e longo prazos, comparando-os com o mesmo período do exercício anterior;

c) Apresentar uma síntese da situação financeira da autarquia medida através de um conjunto apropriado de indicadores de gestão financeira;

d) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial considerando o Balanço e a Demonstração dos Resultados do período em análise;



e) Apresentar uma análise comparativa dos custos apurados com o período homólogo, bem como os resultados da respetiva variação em valores absolutos e percentuais;

A análise começa por apresentar uma síntese da execução orçamental do Município de Mogadouro durante o ano de 2014, a qual, conforme consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

Recatamentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.350.517,04 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	12.598.096,19 €
Execução Orçamental	2.864.269,83 €	Correntes	8.839.292,22 €
Operações de Tesouraria	486.247,21 €	Capital	3.758.403,97 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	12.862.047,31 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	680.769,35 €
Correntes	11.132.809,93 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.631.052,94 €
Capital	1.713.205,78 €	Execução Orçamental	3.128.220,95 €
Outras	16.031,60 €	Operações de Tesouraria	502.831,99 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	697.354,13 €		
<b>TOTAL</b>	<b>16.909.918,48 €</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16.909.918,48 €</b>

### COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

O quadro global da receita e despesa evidencia o Orçamento Inicial e Final, a sua variação, execução e respetivos desvios no ano 2014.

CAPÍTULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
<b>Receitas</b>				
Correntes	10.530.876,00 €	10.530.876,00 €	11.132.809,93 €	105,70%
Capital	4.190.404,00 €	3.360.243,92 €	1.713.205,78 €	51,00%
Outras	0,00 €	2.865.160,08 €	2.880.301,43 €	100,50%
<b>TOTAL</b>	<b>14.721.280,00 €</b>	<b>16.756.280,00 €</b>	<b>15.726.317,14 €</b>	<b>93,90%</b>
<b>DESPESAS</b>				
Correntes	8.756.264,00 €	9.463.264,00 €	8.839.692,22 €	93,40%
Capital	5.965.016,00 €	7.293.016,00 €	3.758.403,97 €	51,50%
<b>TOTAL</b>	<b>14.721.280,00 €</b>	<b>16.756.280,00 €</b>	<b>12.598.096,19 €</b>	<b>75,20%</b>

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including a signature, a date '17/09/14', and various symbols and arrows.



O Orçamento de 2014 apresentou um valor de 14.721.280,00€ para a dotação inicial prevista sendo o valor para a dotação final alterado para 16.756.280,00€, da qual 10.756.280,00€ correspondia a receitas correntes, 3.360.243,92€ a receitas de capital e 2.880.301,43€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior.

As alterações no valor global do orçamento da despesa, que ocorreram, fixaram os valores das despesas correntes em 9.463.264,00€ e o das despesas de capital em 7.293.016,00€.

Comparando a execução da receita e despesa com os valores previstos no Orçamento Final, obtém-se uma taxa de execução da receita de 93,9% e da despesa de 75,20%, tendo em consideração os valores arrecadados de receita e os valores pagos da despesa.

### **MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real o desempenho do Município.

No entanto, sendo este um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de alguns ajustamentos, assim, tornou-se necessário, neste período, a realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações dentro das despesas correntes e de capital, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais. Assim, durante o ano de 2014, foram operadas três revisões ao Orçamento da Receita e 3 revisões e 24 alterações ao Orçamento da Despesa.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including a large 'A', a dollar sign '\$', and a signature.



Ao longo de 2014 foram também, operadas 4 revisões e 19 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e 2 revisões e 20 alterações ao Plano de Atividades Municipais.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 16.756.280,00€, dos quais foram cabimentados 16.338.373,95€, comprometidos 15.598.296,49€ e faturados 12.654.401,23€. Destes foram pagos 12.598.096,19€.

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2014, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso no total do orçamento e as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Para avaliar a execução do orçamento, é feita uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.

**ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA**

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

**Receitas**

Ano	Naturais	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2014	Correntes	10.530.876,00 €	10.530.876,00 €	11.132.809,93 €	105,70%
	Capital	4.190.404,00 €	3.360.243,92 €	1.713.205,78 €	51,00%
	Outras	0,00 €	2.865.160,08 €	2.880.301,43 €	100,50%
	<b>TOTAL</b>	<b>14.721.280,00 €</b>	<b>16.756.280,00 €</b>	<b>15.726.317,14 €</b>	<b>93,90%</b>
2013	Correntes	9.587.799,00 €	9.857.799,00 €	10.120.516,92 €	102,70%
	Capital	5.357.464,00 €	5.181.730,24 €	3.693.302,30 €	71,30%
	Outras	0,00 €	175.733,76 €	189.363,42 €	107,80%
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00 €</b>	<b>175.733,76 €</b>	<b>14.003.182,64 €</b>	<b>92,00%</b>

No final deste período a receita total ascendeu a 15.726.317,14€, dos quais 2.864.269,83€ dizem respeito ao saldo transitado do ano anterior, sendo que daquele valor, 70,79% são de receitas correntes, e 10,89% de receitas de capital, respetivamente, 11.132.809,93€, e 1.713.205,78 €.

O valor de 2.880.301,43€ corresponde a outras receitas - reposições não abatidas nos pagamentos e ao saldo de 2013.

**RECEITAS CORRENTES**

As receitas correntes são, por natureza, as que detêm maior impacto na receita total. Este agregado da receita contribuiu com 11.132.809,93€ para o total da receita com uma execução de 105,7%.

Neste ponto é feita uma análise do desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e sua cobrança, sendo também feita uma análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.



Descrição	2014				
	RECEITAS FINANÇ.	RECEITA CORRENTE QUOTA	FEF CAPITAL CORRENTE	FEF CAPITAL CORRENTE	TAXAS DE CIRCULAÇÃO
<b>IMPOSTOS DIRETOS</b>	<b>717.049,00 €</b>	<b>908.088,42 €</b>	<b>8,14</b>	<b>5,76</b>	<b>126,36</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	402.387,00 €	682.719,54 €	6,13	4,34	169,67
Imposto Único de Circulação	150.105,00 €	155.120,71 €	1,39	0,99	103,34
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	164.357,00 €	68.248,17 €	0,61	0,43	41,52
Impostos Abolidos	100,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>IMPOSTOS INDIRETOS</b>	<b>62.193,00 €</b>	<b>58.245,96 €</b>	<b>0,52</b>	<b>0,37</b>	<b>93,65</b>
<b>TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>158.287,00 €</b>	<b>148.396,10 €</b>	<b>1,33</b>	<b>0,94</b>	<b>93,76</b>
<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>501.794,00 €</b>	<b>646.816,81 €</b>	<b>5,81</b>	<b>4,11</b>	<b>128,90</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>8.041.364,00 €</b>	<b>8.317.634,16 €</b>	<b>74,71</b>	<b>52,89</b>	<b>103,44</b>
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	7.227.034,00 €	7.227.034,00 €	64,92	45,96	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	119.530,00 €	119.530,00 €	1,07	0,76	100,00
Participação Fixa no IRS	97.793,00 €	97.793,00 €	0,88	0,62	100,00
Outras	597.007,00 €	873.277,16 €	7,84	5,55	146,28
<b>VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>908.334,00 €</b>	<b>960.958,05 €</b>	<b>8,63</b>	<b>6,11</b>	<b>105,79</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>141.875,00 €</b>	<b>94.670,43 €</b>	<b>0,85</b>	<b>0,60</b>	<b>66,73</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.209.985,00 €</b>	<b>11.727.814,16 €</b>	<b>116,29</b>	<b>78,19</b>	<b>185,25</b>

A estrutura e execução da receita corrente, encontra-se representada no quadro anterior, de onde se pode concluir e há semelhança de anos anteriores, que o município está muito dependente da receita proveniente das transferências correntes (OE) com um peso superior a 70% do total das Receitas Correntes, a grande distância da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que representam no seu conjunto cerca de 17% das receitas correntes e cerca de 12% da receita total.

Já relativamente ao período homólogo do ano anterior, verificou-se um acréscimo nas receitas correntes, na ordem do milhão de euros, justificado sobretudo no valor das transferências correntes + 613.978,00€, (transferências do OE - acréscimo do FEF corrente e diminuição do FEF capital), e nos rendimentos de propriedade com mais 146.194,21€.



É pois de realçar que a taxa de execução da receita corrente é de 105,72%, superior ao valor previsto em Orçamento em 601.933,93€.

Quanto ao valor global da receita, excluindo o saldo do ano anterior, verificamos uma quebra de 967.148,27€ em reação ao ano transato, resultante exclusivamente das transferências de capital, porque as correntes aumentaram.

Do aumento verificado nas receitas correntes, resulta uma canalização de verbas correntes para o investimento municipal.

### **IMPOSTOS DIRETOS**

Os Impostos Diretos constituem uma das maiores parcelas da receita do município, com um total de 906.088,42€, apresentando uma taxa de execução de 126,40% em relação ao previsto, sendo que se registaram aumentos no Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Único e diminuição no Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis.

### **IMPOSTOS INDIRETOS**

Trata-se da rubrica com menor expressão no bolo das Receitas Correntes registando na sua globalidade, apenas 58.245,96€, valor que representa uma taxa de execução de 93,7%, traduz um aumento de valores na ordem dos 2 mil euros em relação ao ano de 2013, sendo as receitas de "mercados e feiras" que com 40.681,00€ mais contribuem para este total.

### **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

Este conjunto, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior mas pagas por particulares, acrescentando a taxa de saneamento que



no anterior não tem qualquer projeção e aqui com 75.599,81€, representa 50,94% do total. As outras rubricas de menor valor englobam a cobrança de taxas de loteamento e obras, ocupação de via pública e outras taxas diversas. O valor total arrecadado (148.396,10€) é inferior em cerca de 10.000,00€ ao verificado em 2013, apresentando uma taxa de execução de 93,8% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

### **RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**

Com um total de 646.816,810€ esta rubrica obteve uma taxa de execução de 128,9%, contribuindo assim com 5,81%, para o total da receita corrente e um aumento na ordem dos 160.000,00€ em relação ao ano de 2013. A maioria da receita no valor de 626.392,79€ é proveniente das rendas de concessão pagas pela EDP e este aumento prende-se com o facto de em 2013 terem sido lançados 1 trimestre de 2012 e três trimestres do ano de 2013, e em 2014 terem sido lançados 1 trimestre de 2013 e todos os quatro de 2014.

### **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As Transferências Correntes são de longe a rubrica com maior destaque na receita corrente, com 8.317.634,16€ e uma taxa de execução de 103,4%. As transferências correntes são compostas maioritariamente pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), 7.227.034,00€, Fundo Social Municipal (FSM), 119.530,00€ e Participação no IRS, 97.793,00€.

As restantes transferências (outros) são provenientes, na sua maioria, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as



*Atividades Extra Curriculares, componente social e programa de refeições (161.226,79€), Direção Geral das Autarquias Locais para compensação com transportes escolares (58.266,00€), da Elienergia pela participação na produção de energia eólica (35.292,44€), da EDP pelos centros Electroprodutores (285.571,39€).*

*Ainda para este capítulo, contribuíram os serviços e fundos autónomos designadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional para os acordos de colaboração com 187.667,98€), a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. com 103.196,78€ para a Loja interativa de Turismo de Mogadouro e o Instituto da Segurança Social, I.P. com 12867,06€ para funcionamento do CPCJ.*

*Comparativamente com o mesmo período de 2013, as Transferências Correntes registaram um acréscimo de cerca de 13%.*

### **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

*A Venda de Bens e Serviços Correntes apresentam uma execução no valor de 960.958,05€ com uma taxa de execução de 105,8% em relação ao previsto até ao final do ano.*

*As rubricas com maior peso nesta componente foram:*

- Água - 254.222,16€;*
- Tarifa de Disponibilidade água - 156.424,86€;*
- Tarifa de Disponibilidade RSU - 190.847,18€;*
- Tarifa de Disponibilidade Saneamento - 125.186,17€;*
- Resíduos sólidos - 98.556,22€;*
- Rendas de habitação e edifícios - 65.962,50€;*
- Serviços Desportivos - 39.630,38€.*



*As demais receitas deste capítulo são de caráter residual com destaque para as rubricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira e ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.*

*Este agregado da receita corresponde a cerca de 8,63% do total da receita corrente.*

*Registou-se nesta rubrica um decréscimo de cerca de 5% (51.517,03€) face ao ano anterior.*

#### **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

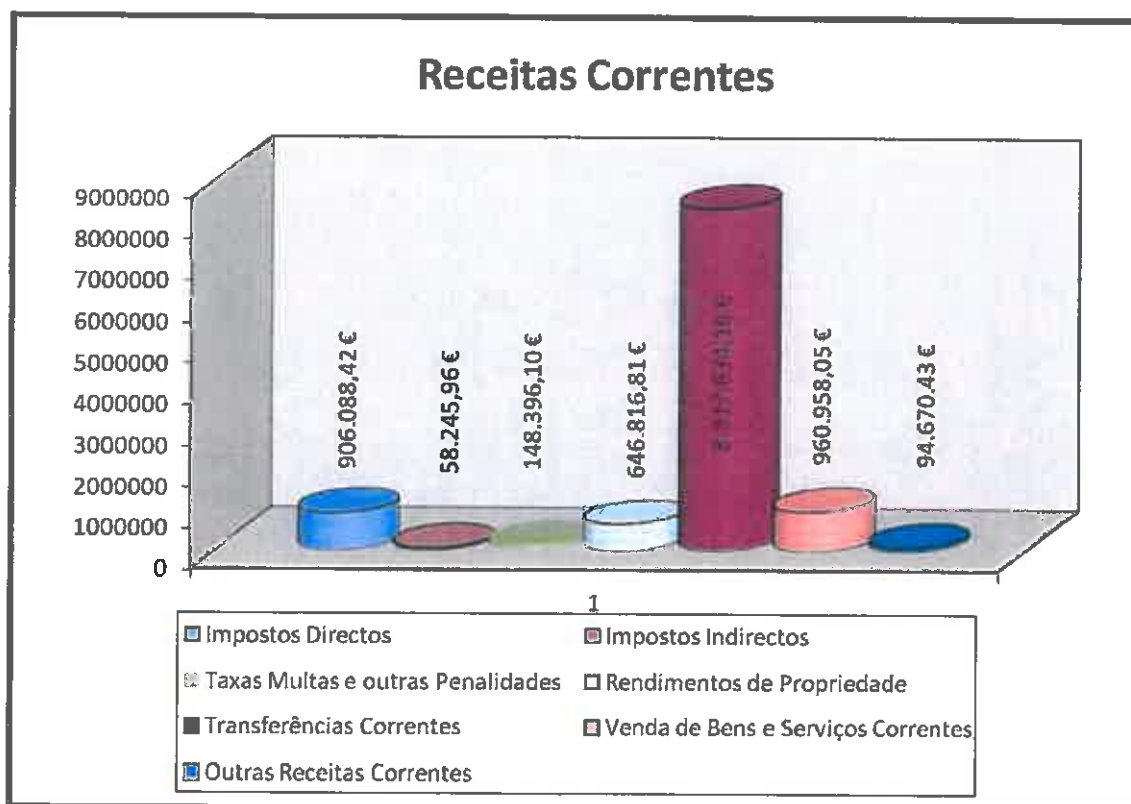
*As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 94.670,43€, na sua maioria relativa a IVA reembolsado (83.825,78€) e de receitas diversas (10.844,65€) associadas na sua maioria a indemnizações pagas por companhias de seguros por acidentes de trabalho.*

*Esta rubrica teve uma execução de 66,7% face aos valores previstos e uma redução de cerca de 10% face ao ano de 2013.*

#### **RECEITA TOTAL**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	8.214.846,42	55,8	10.120.516,92	73,2	11.132.809,93	86,6
Receita Capital	6.501.444,33	44,2	3.708.678,66	26,8	1.729.237,38	13,4
Total de Receitas	14.716.290,75	100	13.829.195,58	100	12.862.047,31	100

**ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES**



**RECEITAS DE CAPITAL**

Neste ponto é feita uma análise do desempenho da receita de capital ao nível da previsão orçamental e sua cobrança e também é feita uma análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital totalizou o montante de 1.713.205,78€, com uma execução de 51% em relação ao previsto para o ano de 2014.

Comparando com 2013, registou-se um decréscimo significativo, por um lado e pela razão já invocada para o aumento das receitas correntes, traduzida numa redução no FEF em mais de 50%, por outro, a diminuição de 790.430,98€ na receita proveniente de fundos comunitários.





Rubrica	2014				
	Montante Total	Montante Líquido	Taxa de Execução (%)	Taxa de Execução (%)	Taxa de Execução (%)
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	125.600,00 €	6.200,00 €	0,36	0,04	4,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.234.443,92 €	1.707.005,78 €	99,64	10,85	52,78
ATIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.360.043,92 €</b>	<b>1.713.205,78 €</b>	<b>99,64</b>	<b>10,89</b>	<b>52,78</b>

### VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

A venda de bens de investimento registou um montante de 6.200,00€, com uma execução de 4,9%.

O resultado desta componente da receita de capital resultou exclusivamente da venda de uma viatura Mercedes, ficando portanto longe da previsão inicial, pela não venda de qualquer lote de terreno como era esperado.

### TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital constituem a principal componente da Receita de Capital, tendo totalizado um valor de 1.707.005,78€, correspondendo a uma taxa execução de cerca de 52,8%.

As transferências de capital foram as provenientes exclusivamente da Administração Central realçando apenas:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro - 803.004,00€;
- QREN - 893.182,20€ (comparticipação relativa a projetos financiados por Fundos Comunitários).

A receita relativa a Transferências de Capital representa 99,6% do total da receita de capital arrecadada e 13,27% do total da receita.



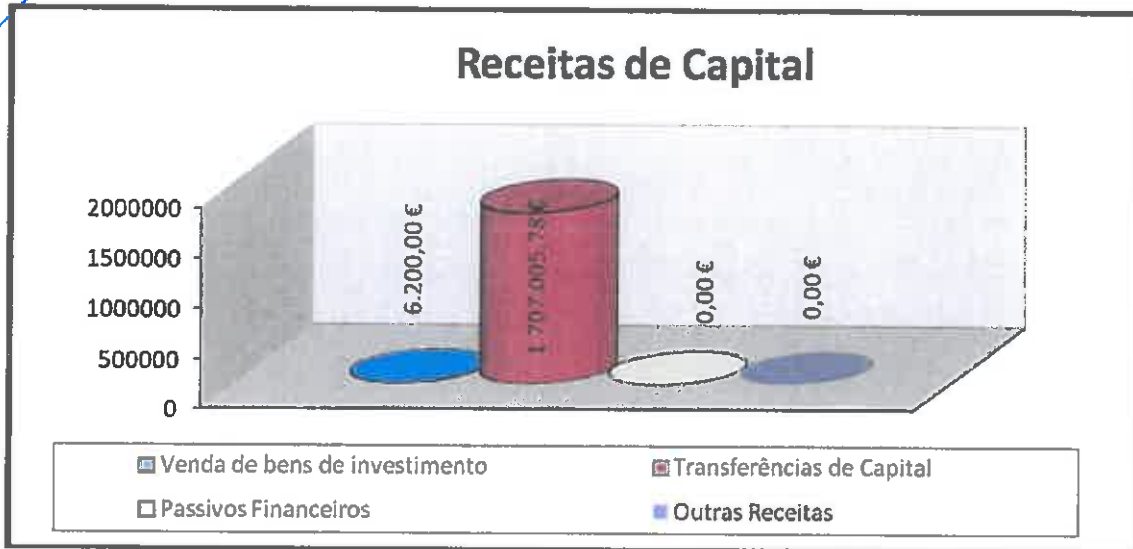
*Em relação a 2013, esta componente teve um decréscimo de cerca de 1.977.078,02€, justificada em parte pela alteração do Fundo de Equilíbrio Financeiro. A outra quebra, resulta do atraso no fecho de algumas obras já concluídas e pagas pelo Município.*

*Estando o aumento da dívida a terceiros, dependente do grau de prontidão das transferências de capital por parte das entidades financiadoras dos projetos, e registando-se que no final do ano, todos os trabalhos executados em obras comparticipadas, estavam pagos, permite-nos com a arrecadação das verbas correspondentes aos atrasos e os 5% finais de retenção, ter num futuro próximo, verbas disponíveis para garantir o pagamento de obras, cujo financiamento não seja conseguido.*

*Não restam portanto dúvidas, que a execução orçamental no final de cada ano, está sempre relacionada com o recebimento atempado das transferências da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.*

*As restantes rubricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e as Outras Receitas de Capital.*

## **ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL**



### ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

O período em análise de 2014 apresentou uma dotação total final da despesa de 12.598.096,19€ dos quais 8.839.692,22€ foram respeitantes a despesas correntes e 3.758.403,97€ a despesas de capital.

A taxa de execução total da despesa, está sempre diretamente relacionada com a execução da receita, pois a primeira não é possível sem a existência da segunda.

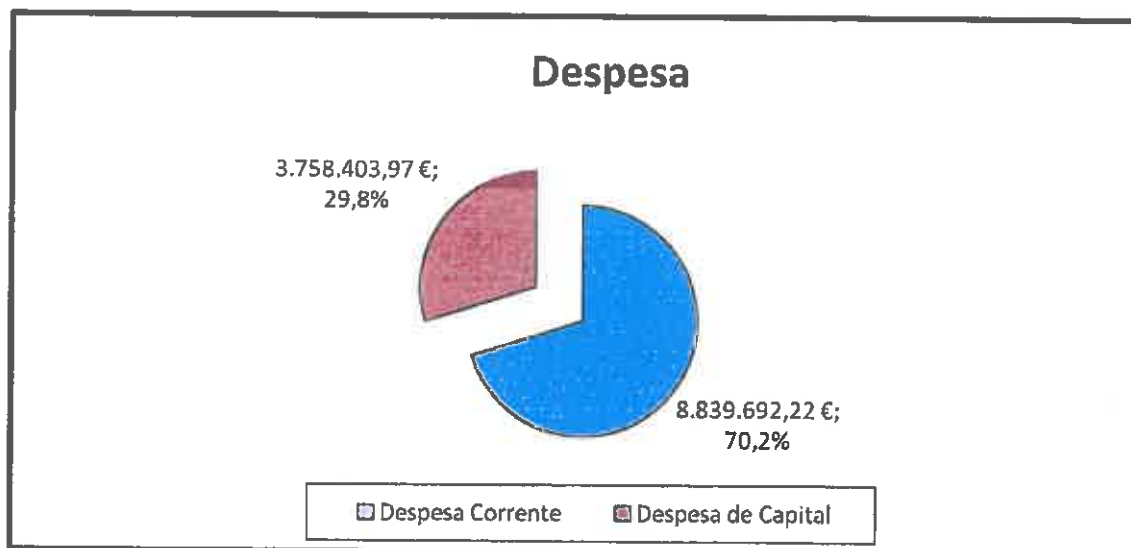
Constata-se que a totalidade dos capítulos da despesa corrente registaram taxas de execução superiores a 86%, e mesmo as de capital com exceção da "Aquisição de Bens de Capital", registam percentagens superiores a 57.

A taxa de execução da "Aquisição de Bens de Capital", traduzida na execução do Plano Plurianual de Investimentos, só não tem uma maior taxa de execução, pelo atraso verificado em alguns projetos postos a concurso e demora na atribuição de Visto pelo Tribunal de Contas. Esses atrasos contribuíram para que no final do



ano de 2014 existisse um saldo de 3.128.220,95€ que transitou para 2015.

### ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL



Em 2014, a execução do orçamento da despesa, tendo em conta os montantes pagos, e os montantes orçamentados registou uma execução de 75,18%.

Comparando os valores da despesa de 2014 com os de 2013 no período, verifica-se que houve um acréscimo superior a 13% traduzidos no valor de 1.459.183,38€.

Este comportamento da despesa é justificado pelo aumento verificado na maioria dos capítulos.

Importa salientar que o total cabimentado neste período registou o montante de 16.338.373,95€, que, para um total geral orçado de 16.756.280,00€, representa uma taxa de execução de cerca de 97,5%.



*Se considerarmos o valor de 3.128220.95€ transitado em saldo, conclui-se que não se tendo verificado o atraso em algumas obras, o orçamento final poderia apresentar uma taxa de execução de pagamento de 93,85%.*

### **DESPESA CORRENTE**

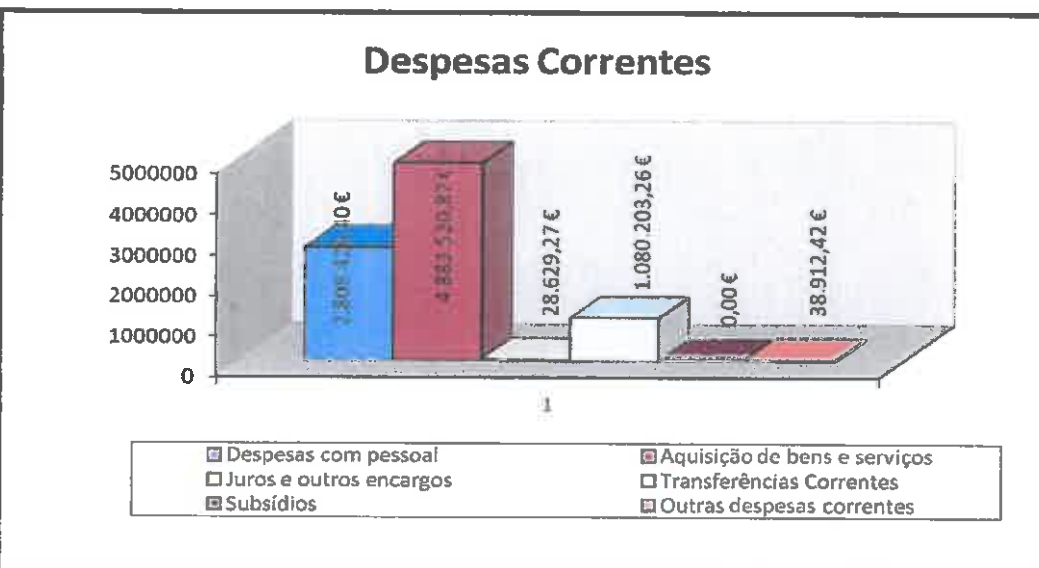
*Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.*

*Serão identificadas as rubricas mais relevantes da estrutura da despesa corrente e justificadas as principais variações relativamente ao período homólogo do ano anterior.*

*A despesa corrente, no montante pago de 8.839.692,22€, teve uma execução de 93,4% e corresponde a 70,2% do total da despesa paga.*

*A despesa corrente mantém a sua estrutura essencialmente assente nas Despesas com Pessoal (2.808.426,40€) e na Aquisição de Bens e Serviços (4.883.520,87€), correspondendo a execuções respetivamente de 99,5% e 89,4%.*

*Estas duas componentes apresentaram uma despesa no montante de 7.691.947,27 €, o que representou cerca de 87,01% do total da despesa corrente paga no ano.*

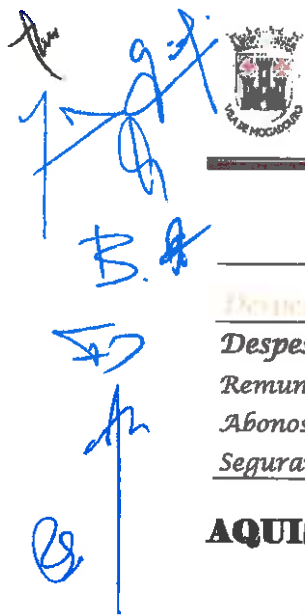


### DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com Pessoal (2.808.426,40€), com uma execução de 99,5%, representaram cerca de 31,77% das despesas correntes e 22,3% do total da despesa paga, durante o período em análise.

Este tipo de despesa apresenta, face ao período homólogo de 2013, um acréscimo de 182.077,96€, mais de 50% justificado pelo aumento das contribuições para a Segurança Social, que aumentaram em cerca de 100 mil euros face a 2013.

Relativamente às outras rúbricas de despesas com pessoal e conforma mapa infra, registaram-se também acréscimos no valor dos abonos variáveis ou eventuais em 20,85%, que integra entre outros o valor pago com horas extraordinárias, ajudas de custo e outros suplementos, e as remunerações certas e permanentes em 3,09% que integra entre outros, o subsídio de refeição, o subsídio de férias e natal.



Descrição	2014 DESPESA PAGA	2013 DESPESA PAGA	Variacao	Variacao %
<i>Despesas com Pessoal</i>	2.808.426,40 €	2.626.348,44 €	182.077,96 €	6,93
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>	2.083.394,73 €	2.021.036,06 €	62.358,67 €	3,09
<i>Abonos Variáveis ou Eventuais</i>	137.854,32 €	114.069,20 €	23.785,12 €	20,85
<i>Segurança Social</i>	587.177,35 €	491.243,18 €	95.934,17 €	19,53

### **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

*A Aquisição de Bens e Serviços reflete as despesas inerentes ao funcionamento e manutenção de toda a estrutura municipal, como é o caso dos encargos com instalações, locação de bens, pequenas reparações e conservações, transportes escolares e comunicações, estudos e consultoria, vigilância e segurança, encargos da cobrança de receita, aquisição de água e serviços de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, permitindo conjuntamente com as despesas de pessoal, incluindo o pessoal em serviço nas escolas, assegurar uma prestação dos serviços a que o município se propõe, com a devida qualidade.*

Descrição	2011	2012	2013	2014
Aquisição de Bens	947.357,76	890.062,37	1.000.606,52	961.031,16
Aquisição de Serviços	3.312.726,67	3.601.639,46	3.467.598,66	3.922.489,71
<b>Total</b>	<b>4.260.084,43</b>	<b>4.491.701,83</b>	<b>4.468.205,18</b>	<b>4.883.520,87</b>

*Estas despesas, no montante total pago de 4.883.520,87€, representaram cerca de 55,25% da despesa corrente e 38,8% da despesa total paga e representa um acréscimo de 415.315,69€ em relação a 2013, com base nos dados a seguir evidenciados.*



### **Aquisição de Bens**

Existiam compromissos no valor de 1.129.335,34€, dos quais 962.058,43€ foram faturados e 961.031,16€ encontram-se pagos, sendo inferiores ao ano de 2013 em cerca de 40.000,00€.

Os pagamentos mais significativos neste grupo foram os seguintes:

- Combustíveis e lubrificantes - Com um gasto total de 293.562,03€ representam 30,54% do global da aquisição de bens, destinados na sua maioria à aquisição de gasóleo para viaturas e gás para aquecimento dos edifícios municipais;

- Outros Bens - 316.098,93€ destinados a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras e ainda os consumíveis (material de escritório) com 41.614,18€, e o material para reparação de máquinas e viaturas com 19.335,68€.

### **Aquisição de Serviços**

Com um montante comprometido de 4.242.828,70€, dos quais no final do ano tinham sido faturados 3.972.170,98€ e 3.922.489,71€ estavam pagos.

Deste agregado da despesa, destacam-se pelas importâncias envolvidas, os pagamentos efetuados nos seguintes grupos da despesa:

- Encargos das Instalações - 627.844,77€, destinados essencialmente ao pagamento de eletricidade das instalações à EDP;



*- Limpeza e Higiene - 593.108,80€, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo;*

*- Transportes - 555.182,69€, sendo que na sua maioria foram destinados ao pagamento dos transportes escolares;*

*- Conservação de bens - 295.110,19€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis.*

*- Comunicações - 138.232,29€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet;*

*- Outros Trabalhos Especializados - 127.698,32€ em que a despesa mais significativa se refere ao pagamento da análise de águas ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes Escolares*

*- Encargos de Cobrança de Receitas - 44.800,22€ referentes ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades, nomeadamente, à Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança de impostos que constituem receita municipal e encargos de cobrança de água;*

*Outros Serviços - 1.187.438,45€. Trata-se de uma rubrica residual onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rubrica própria. Engloba portanto serviços de natureza diversa, onde se destacam os custos com a iluminação pública no valor de 390.011,25€, a prestação de serviços com pessoal das atividades extracurriculares no valor de 214.204,53€, os encargos com o funcionamento das Associações do Douro Superior com 26.121,73€ e Terra Fria com 41.236,80€, e ainda os protocolos com grupos de dança no valor de 13.995,00€ e de música no valor de 10.500,00€ celebrados com o Centro*

*Cultural e Social de Santo Adrião e a Orquestra do Norte respetivamente.*

### **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

*Os Juros e Outros Encargos incluem o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 27.439,69€, e ainda 1.189,60€ em encargos com garantias bancárias.*

*Esta rubrica teve uma execução de 94,1% face ao orçado até ao final do ano tendo relativamente ao mesmo período do ano anterior, um decréscimo próximo de 14.000,00€, justificado sobretudo pela redução da dívida com empréstimos,*

### **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

*As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.*

*As Transferências Correntes, no montante global de 1.080203,26€, refletem os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia no valor de 418.591,35€, ao Município de Vimioso 18.697,39€ para gestão do Canil Intermunicipal, às Associações de Municípios 21.905,36€ para quotas anuais, Instituições sem fins lucrativos no valor de 389.891,90€ no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades e ainda 214.827,78€ destinados ao pagamento de apoios a famílias carenciadas e os encargos com o pessoal contratado através do Centro de emprego.*



Esta rubrica corresponde a 12,22 % da despesa corrente paga e a 8,6 % da despesa total, tendo uma execução de 86,6 %, tendo em conta os montantes pagos e orçados.

O comportamento relativamente ao ano anterior, é positivo com um acréscimo na ordem do meio milhão de euros, justificado quase na íntegra pelas transferências para as Juntas Freguesia que em anos anteriores eram feitas por transferências de capital.

### DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2014, foi orçamentado o valor de 7.293.016,00€, dos quais foram pagos 3.758.403,97€, o que correspondeu a uma execução de 51,5%.

Descrição (Resumo de Emissão)	Orçamentado (Total)	2014			
		Despesas Pagas	Por Estimativa (Capital)	Por Estimativa (Total)	Taxa de Execução (%)
Aquisição de bens de Capital	6.064.179,00 €	2.603.180,21 €	69,26	20,66	42,9
Transferências de Capital	520.500,00 €	453.422,54 €	12,06	3,60	87,1
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	0
Passivos Financeiros	704.337,00 €	699.506,22 €	18,61	5,55	99,3
Outras Despesas de Capital	4.000,00 €	2.295,00 €	0,06	0,02	57,4
<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>7.293.016,00 €</b>	<b>3.758.403,97 €</b>	<b>100,00</b>	<b>30,83</b>	<b>51,5</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>16.196.000,00 €</b>	<b>12.500.000,00 €</b>			<b>77,2</b>

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de capital - Investimento. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios,

construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento.

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de, médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Relativamente ao ano anterior, excluindo os Passivos Financeiros, e tendo em conta os valores pagos, registou-se de acordo com o mapa seguinte, um acréscimo da despesa de capital de 505.435,33€, justificado na totalidade, pela variação verificada no valor das aquisições de bens de Capital.

Descrição	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	7.966.855,77	93,17	5.606.859,32	89,53	1.897.609,78	74,32	2.603.180,21	85,10
Transferências de Capital	394.599,77	4,61	655.997,75	10,47	655.852,64	25,68	453.422,54	14,82
Outras Despesas de Capital	189.601,07	2,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.295,00	0,08
<b>Investimento Global</b>	<b>8.551.056,61</b>	<b>100,00</b>	<b>6.262.857,07</b>	<b>100,00</b>	<b>2.553.462,42</b>	<b>100,00</b>	<b>3.058.897,75</b>	<b>100,00</b>

### **AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

### **Investimento Direto**

Descrição	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	205.837,66	2,58	39.349,50	0,70	43.363,00	2,29	13.845,92	0,53
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.097.309,33	38,88	472.492,54	8,43	27.701,66	1,46	230.929,71	8,87
Construções Diversas	4.257.001,85	53,43	4.489.484,58	80,07	1.617.207,95	85,22	1.366.271,94	52,48
Material de Transporte	22.591,41	0,28	0	0	46.125,00	2,43	72.200,01	2,77
Maquinaria e Equipamento	286.664,93	3,60	512.675,38	9,14	135.180,64	7,12	438.496,38	16,85
Outros	97.450,59	1,23	92.857,32	1,66	28.031,53	1,48	481.436,25	18,50
Investimento Direto	7.966.855,77	100,00	5.606.859,32	100,00	1.897.609,78	100,00	2.603.180,21	100,00

De salientar que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 2.603.180,21€, os compromissos assumidos foram de 5.084.810,28€.

A rubrica "Edifícios" com 230.929,71€, que integra essencialmente a construção da Casa Mortuária de Mogadouro, a cobertura de acesso ao 1.º CEB e Jardim de Infância e ainda o custo com o projeto do Pavilhão multiusos, absorveu 8,87% do investimento realizado e apresentou uma execução de 49,68%.

Em relação ao mesmo período de 2013 observou-se um acréscimo nos montantes pagos nesta rubrica na ordem dos 200.000,00€.

A rubrica de investimento designada por "construções diversas", foi aquela que registou o maior valor de despesa, tendo uma taxa de execução de 35,24%, e o valor pago ascendido a 1.366.271,94€, inferior ao ano 2013 em cerca de 250.000,00€.

*Na análise ao Plano Plurianual de Investimentos, serão evidenciados os projetos mais significativos que contribuíram para o investimento neste período.*

### **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

*As Transferências de Capital incluem importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capitais realizadas por outras entidades.*

*Estas transferências tiveram um peso de 12,06% no total da despesa de capital paga e de 3,6% da despesa total.*

*As transferências de capital destinaram-se essencialmente a:*

*Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos celebrados - 34.700,00€;*

*Instituições de Solidariedade Social (Santa Casa da Misericórdia e Centro Cultural de Solidariedade Social de Urrós) - 328.269,00€;*

*Instituições sem fins lucrativos (Fábricas da Igreja e Bombeiros) - 71.975,00€;*

*- Outras (Apoios Habitacionais) - 9.901,04€.*

*Em relação ao mesmo período de 2013 observou-se um decréscimo nos montantes pagos de cerca de 200.000,00€ resultante da maioria das transferências para as Juntas de Freguesia passarem a ser Correntes em vez de Capital.*

### **PASSIVOS FINANCEIROS**

*Os Passivos Financeiros no valor de 699.506,22€, integram exclusivamente as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município, tiveram um peso de 18,61% no total*

da despesa de capital e apresentaram uma execução de 99,3% face aos valores previstos no ano.

Comparativamente aos últimos anos, conforme mapa infra, o serviço da dívida que tinha a tendência de aumentar, este ano, apresenta um decréscimo de cerca de 170.000,00€, justificado pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Este quadro, explana a evolução nos últimos anos da dívida assumida por esta Edilidade, no que diz respeito aos encargos financeiros (juros) e às amortizações do respetivo capital.

Descrição	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	774.327,94	87,83	781.934,85	87,37	868.585,28	95,47	699.506,22	96,23
Encargos Financeiros	107.257,11	12,17	113.008,10	12,63	41.174,62	4,53	27.439,67	3,77
Serviço de dívida	881.585,00	100,0	894.942,95	100,0	909.759,90	100,0	726.945,89	100,0

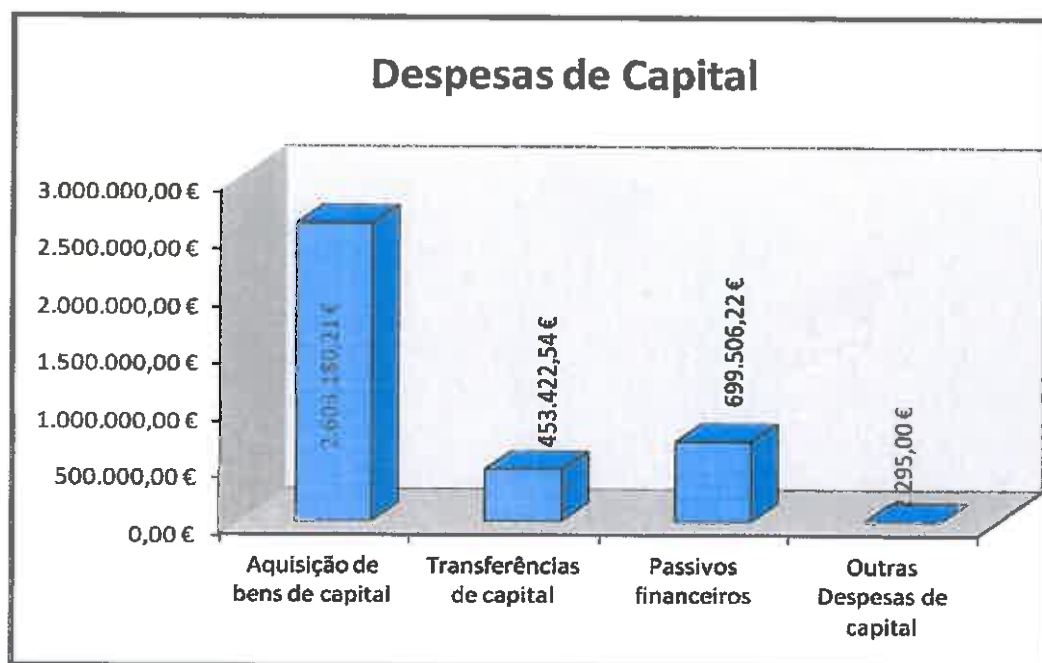
### **OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**

Este capítulo, regista apenas o valor de 2.295,00€ relativos a restituições pagas.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several initials and marks below.



### **ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

*De acordo com o estabelecido no POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.*

*O Orçamento consiste na apresentação da previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas da classificação económica constantes no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. Sendo um imperativo legal, representa também a necessidade de, a partir da análise da realidade e das potencialidades da Autarquia, estabelecer propósitos e objetivos que, face aos recursos disponíveis, possibilitem a formulação de programas de ação de enquadramento para a atividade prevista durante certo período.*



*Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Dai que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às diversas realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.*

*As Grandes Opções do Plano, de horizonte móvel de quatro anos, integram dois documentos:*

*- O Plano Plurianual de Investimentos, que inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.*

*- O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.*

*São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento Municipal, na medida em que, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua efetiva realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.*



## Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2014

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
		Investimento	Obj./Prog.	Total
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>738.412,33</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,73%</b>
1.1.1.	Administração geral	561.771,89	76,28%	9,71%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra Incêndios	174.640,44	23,72%	3,02%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>2.901.748,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>50,17%</b>
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	61.567,42	2,12%	1,07%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	9.491,93	0,33%	0,16%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	5.266,61	0,18%	0,09%
2.3.2.	Ação social	349.027,19	12,03%	6,04%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços coletivos</b>	<b>1.830.633,17</b>	<b>63,09%</b>	<b>31,65%</b>
2.4.2.	Ordenamento do território	325.611,23	11,22%	5,63%
2.4.3.	Saneamento	18.300,95	0,63%	0,32%
2.4.4.	Abastecimento de água	128.962,92	4,45%	2,23%
2.4.5.	Resíduos sólidos	593.108,80	20,44%	10,25%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	764.649,27	26,35%	13,22%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>645.761,72</b>	<b>22,25%</b>	<b>11,16%</b>
2.5.1.	Cultura	263.178,08	9,07%	4,55%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	324.183,19	11,17%	5,60%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	58.400,45	2,01%	1,01%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>786.829,68</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,60%</b>
3.2.	Indústria e energia	331.365,00	42,11%	5,73%
3.3.1.	Transportes rodoviários	80.777,15	10,27%	1,40%
3.4.1.	Mercados e Feiras	91.029,00	11,57%	1,57%
3.4.2.	Turismo	283.658,53	36,05%	4,90%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>1.359.291,82</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,50%</b>
4.1.1.	Empréstimos	727.025,89	53,49%	12,57%
4.2.	Transferência entre Administrações	632.265,93	46,51%	10,93%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
	<b>TOTAIS</b>	<b>5.784.281,87</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>

Da análise do quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (5.784.281,87), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 61,17%. No final do ano 2013, o nível de execução foi de 60,93%.

Da análise supra, verifica-se que as funções sociais assumem maior destaque na execução das opções, representando 50,17% da totalidade, seguido das outras funções com 23,50% e posteriormente as funções económicas com 13,60% e as funções gerais com 12,73%.

As grandes opções do plano subdividem-se pelo:

- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
- PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

Analisadas no seu conjunto, as Grandes Opções do Plano de 2014, atingiram o valor absoluto de 5.784.281,87€ dos quais 2.603.180,21€ referem-se ao PPI e 3.181.101,66€ ao conjunto de ações consideradas como relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento da própria autarquia, podendo no entanto sê-lo de outras entidades. A execução física dos projetos incluídos em PPI apresentou-se mais elevada que no ano de 2013, já o PAM ficou ligeiramente abaixo em relação aquele ano.

Analisando os valores desagregados no quadro atrás apresentado, constatamos que as Funções Sociais com um registo de 2.901.748,04€, é o grupo com a maior fatia, e no qual a rubrica "Proteção do Meio Ambiente e conservação da natureza" assume o maior destaque com 764.649,27€ resultante exclusivamente da obra de recuperação da Ribeira do Juncal. Em seguida surgem os "Resíduos Sólidos" com 593.108,80€, relativos á limpeza e recolha de lixo e a



*“Ação Social” com 349.027,19€, destinados ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS (na sua maioria), ao apoio á compra de medicamentos e habitação social. Destaque ainda para os “Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos” com 645.761,72€ distribuídos pela “Cultura” com 263.178,08€, gastos em várias iniciativas, onde sobressaem os subsídios para as Associações e o projeto do pavilhão multiusos; pelo “Desporto, Recreio e Lazer” com 324.183,19€, onde a requalificação do Parque do Bairro S. Sebastião, absorve a maior fatia (118.250,00€) sendo o restante gasto nas diversas atividades realizadas durante o ano em análise e ainda as “Outras Atividades cívicas e religiosas” com um total de 58.400,45€ destinados á construção da Casa Mortuária.*

*Ainda nesta função, registar outros investimentos de menor dimensão, designadamente no “Abastecimento de água” com 128.962,92€ na maioria gastos com a construção do depósito de água no Penedo; na área da “Educação” com 71.059,35€, para apoio às Escolas do Concelho, apoio à compra de livros e principalmente para a cobertura do acesso ao 1.º CEB.*

*Em segundo surgem as Outras Funções com 1.359.291,82€ onde a despesa com a amortização e encargos financeiros dos “Empréstimos” no valor de 727.025,89€ é responsável por 53,49% deste capítulo, sendo o valor restante, destinado às “Transferência entre Administrações” cujo montante de 632.265,93€, foi distribuído pelas Juntas de Freguesia, pelas Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda pelas Associações de Municípios de que fazemos parte para suporte das despesas de funcionamento e quotizações.*

*Handwritten notes:*  
197  
1/2  
3  
A



*Em terceiro lugar e com o valor de 786.829,68€ aparecem as Funções Económicas do qual 374.687,93€ foi canalizado para o "Comércio e Turismo" designadamente para a Loja Interativa de Turismo, o centro de interpretação do Mundo Rural e o festival da Terra Transmontana no que toca a Turismo, e para a promoção da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes e para o concurso de bovinos de raça mirandesa no que toca à área do comércio. Também com um valor considerável cabe neste grupo a "Indústria e Energia" com 331.365,00€, sendo responsável por 47,99%, a despesa com a energia elétrica às instalações alimentadas em média e baixa tensão e o Loteamento Industrial III fase por 32,26%. Com menor impacto comparativamente ao ano anterior surge o grupo dos "Transportes Rodoviários" com 80.777,15€ que foram gastos entre outros na construção da variante da Zona Industrial ao IC5.*

*Em último, embora com valor muito superior ao de 2013, e como já vem sendo hábito surgem as Funções Gerais com 736.412,33€. Deste bolo destaca-se a aquisição da Máquina de rastos pelo valor de 255.225,00€ do grupo da "Administração Geral" e o pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente bem como os protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Mogadouro do grupo da "Proteção Civil e luta contra incêndios". Ainda nesta função, cabem todas as despesas relacionadas com a aquisição de maquinaria, equipamento e mobiliário diverso como a aquisição de viaturas no valor de 72.200,01€.*





**ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA  
PATRIMONIAL**

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

É um sistema que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

*Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*

*Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;*

*Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*

*Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*

*Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*

*Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.*



*Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:*

*Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;*

*Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros e ainda, confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

*Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

*Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.*

## **ANÁLISE DO BALANÇO**



O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os ativos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os ativos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia, desagregado da seguinte forma:

Ativo Imobilizado, composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda.

Ativo circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber.

Por outro lado apresenta-se o passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados.

Assim temos:

Passivo de médio e longo prazo, que corresponde às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a resultantes de empréstimos a instituições financeiras.

Passivo circulante, respeitante às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores.

A diferença apurada entre o total do ativo e o total do passivo intitula-se de fundos próprios, consistindo na medida residual da posição financeira, traduzida pela diferença referida.



*O balanço regista ainda, nos dois lados, uma rubrica denominada acréscimos e diferimentos, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que se lhes associam.*

*A evolução patrimonial da Autarquia no ano de 2014 permite-nos concluir que o total do ativo líquido da câmara municipal totaliza 88.037.782,81€ registando portanto um decréscimo de 4.491.722,23€ em relação ao ano anterior. Tal como em anos anteriores, esta redução resulta do valor das amortizações que neste ano apresenta o valor de 7.070.755,11€, muito superior ao investimento realizado durante o ano em análise. É de relembrar que o elevado valor das amortizações, está diretamente relacionado com o período de vida útil reduzido e conseqüente taxa elevada, atribuída aos bens aquando a inventariação dos mesmos.*

*O ativo circulante apresenta uma variação positiva na ordem dos 250.000,00€ em relação ao ano anterior, incluindo as existências, as dívidas de terceiros e as disponibilidades.*

*De salientar que os valores apresentados na rubrica de utentes, no valor de 143.762,17€, representam as dívidas para com a Câmara Municipal resultante da prestação de serviços de água, saneamento e resíduos e outros serviços.*

*Relativamente ao Passivo exigível que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, e há semelhança do 2013, o valor da dívida a*



fornecedores no montante de 49.328,41€ em faturas prontas a pagar e 6.976,63€ em faturas em receção e conferência.

No ano 2014 o valor dos empréstimos de Médio Longo Prazo teve um decréscimo no valor de 699.506,22€ correspondente ao valor pago em amortizações de capital.

## Balanço

ATIVO	2013	2014	Fundos Próprios e Passivos	2013	2014
<b>Imobilizado</b>			<b>Fundos Próprios</b>		
Bens de domínio Público	41.801.980,72	37.507.435,54	Património	16.067.419,56	16.067.419,56
Imobilizações Incorpóreas	79.455,76	202.798,53	Subsídios	18.423.446,87	18.529.957,23
Imobilizações Corpóreas	46.828.947,45	46.275.248,34	Doações	300,00	300,00
Investimentos Financeiros	6.490,98	6.490,98	Resultados Transitados	29.133.683,27	27.151.355,86
	<b>88.716.874,91</b>	<b>83.991.973,39</b>	Resultado Líquido do Exercício	-1.657.588,29	-3.188.135,93
<b>Circulante</b>				<b>61.967.261,41</b>	<b>58.560.896,72</b>
Existências	192.359,23	169.993,47	<b>Passivo</b>		
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	5.013.100,11	4.313.593,89
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	216.591,53	206.090,63	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	498.788,35	566.193,03
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	Acréscimos de Custos	341.256,92	341.084,37
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	3.350.517,04	3.631.052,94	Proveitos Diferidos	24.709.098,25	24.256.014,80
Acréscimos e diferimentos	53.162,33	38.672,38			
	<b>3.812.630,13</b>	<b>4.045.809,42</b>		<b>30.562.243,63</b>	<b>29.476.886,09</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>92.529.505,04</b>	<b>88.037.782,81</b>	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>92.529.505,04</b>	<b>88.037.782,81</b>

Am  
9-1  
10-1  
11-1  
12-1  
13-1  
14-1  
15-1  
16-1  
17-1  
18-1  
19-1  
20-1  
21-1  
22-1  
23-1  
24-1  
25-1  
26-1  
27-1  
28-1  
29-1  
30-1  
31-1  
32-1  
33-1  
34-1  
35-1  
36-1  
37-1  
38-1  
39-1  
40-1  
41-1  
42-1  
43-1  
44-1  
45-1  
46-1  
47-1  
48-1  
49-1  
50-1  
51-1  
52-1  
53-1  
54-1  
55-1  
56-1  
57-1  
58-1  
59-1  
60-1  
61-1  
62-1  
63-1  
64-1  
65-1  
66-1  
67-1  
68-1  
69-1  
70-1  
71-1  
72-1  
73-1  
74-1  
75-1  
76-1  
77-1  
78-1  
79-1  
80-1  
81-1  
82-1  
83-1  
84-1  
85-1  
86-1  
87-1  
88-1  
89-1  
90-1  
91-1  
92-1  
93-1  
94-1  
95-1  
96-1  
97-1  
98-1  
99-1  
100-1



## **ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

*A Demonstração de Resultados é na prática um mapa contabilístico dinâmico que tem por objetivo evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através do confronto dos proveitos e dos custos apurados durante o ano económico em análise.*

*Os proveitos dão tradução monetária às receitas da Autarquia e, por isso, são elementos positivos do benefício económico espectável também no período contabilístico em causa.*

*Ao agrupar e classificar por natureza os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:*

***Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;*

***Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;*

***Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);*

***Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;*

***Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.*

*Trata-se por isso de um exercício de extrema utilidade, porquanto permite medir a eficiência com que os recursos financeiros, de acordo com a sua natureza, foram aplicados durante o ano de 2014, fornecendo assim informações de suporte mais seguras e fiáveis para a tomada de decisões por parte do órgão executivo.*



No ano 2014 o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 4.378.254,37€.

Contrariamente, os resultados financeiros que refletem os juros suportados, foram positivos em 246.816,53€, ou seja muito melhores do que no ano transato cujo valor negativo foi de 33.367,49€.

No final do ano o resultado líquido do exercício foi negativo no valor de 3.188.135,93€.

### Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2013	2014	Proveitos e Ganhos	2013	2014
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	521.136,91	497.490,20	Prestações de Serviços	1.542.588,52	1.438.820,92
			Impostos e Taxas	969.008,14	992.534,23
Fornecimentos e Serviços Externos	3.865.162,90	4.336.897,25	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custos com Pessoal	2.662.223,34	2.823.532,26	Proveitos Suplementares	0,00	2.500,00
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e e prestações sociais	521.729,44	1.080.203,26	Transferências e subsídios obtidos	9.280.796,03	9.017.441,38
Amortizações do exercício	6.477.642,78	7.070.755,11	Proveitos e Ganhos Financeiros	11.565,63	277.149,44
Provisões do exercício	2.126,59	0			
Outros custos operacionais	1.101,60	20.672,82			
Custos e Perdas Financeiras	44.933,12	30.332,91	Proveitos Extraordinários	1.382.048,81	1.409.647,67
Custos e Perdas Extraordinárias	747.538,74	466.345,76			
<b>Total</b>	<b>14.843.595,42</b>	<b>16.326.229,57</b>	<b>Total</b>	<b>13.186.007,13</b>	<b>13.138.093,64</b>





Comparativamente a 2013, os custos registaram um aumento global de 1.482.634,15€, sendo que parcialmente os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, os Custos e perdas Financeiras e os Custos e perdas Extraordinárias, registaram reduções e os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal, os Subsídios e as Amortizações registaram aumentos, nalguns casos de forma considerável.

No que aos proveitos diz respeito, constata-se um decréscimo de 47.913,49€, realçando embora que ligeiras, alterações negativas na prestação de serviços e nas transferências e subsídios obtidos e alterações positivas, nos Impostos e Taxas, nos proveitos e ganhos financeiros e nos proveitos extraordinários.

## **EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO**

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro) no seu artigo 52.º, estabelece os limites do endividamento mencionando no n.º1: "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (Excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja



*cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Também o Orçamento do Estado de 2014, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro no seu n.º 8 do artigo 94.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado, no montante equivalente a 20 % do valor da redução respetivamente em falta.*

*Considerando o mapa seguinte:*

<i>Receita Corrente Líquida</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Total</i>
	<i>7.889.372,00€</i>	<i>8.124.827,00€</i>	<i>10.101.821,00€</i>	<i>26.116.020,00€</i>

*Podemos concluir que a média dos últimos 3 anos, é de 8.705.340,00€, tendo em conta o valor total de 26.116.020,00€ dividido por 3 anos. Se atendermos a que o limite da dívida de acordo com o atrás descrito é de 1,5 vezes a média dos três anos, resulta uma capacidade de endividamento de 13.058.009,95€, longe portanto da que esta autarquia apresenta no final do ano como nos mostra o mapa seguinte.*

<i>Descrição</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>
<i>Dívida de MLP</i>	<i>6.722.716,53</i>	<i>5.909.387,05</i>	<i>5.013.100,11</i>	<i>4.313.593,89</i>
<i>Bancos</i>	<i>6.663.620,24</i>	<i>5.881.685,39</i>	<i>5.013.100,11</i>	<i>4.313.593,89</i>
<i>Locação</i>	<i>59.096,29</i>	<i>27.701,66</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Dívida de CP</i>	<i>326.092,45</i>	<i>36.136,92</i>	<i>3.427,74</i>	<i>49.328,41</i>
<i>Fornecedores</i>	<i>326.092,45</i>	<i>36.136,92</i>	<i>3.427,74</i>	<i>49.328,41</i>
<b><i>Endividamento Total</i></b>	<b><i>7.048.808,98</i></b>	<b><i>5.945.523,97</i></b>	<b><i>5.016.527,85</i></b>	<b><i>4.362.922,30</i></b>

Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 172.501,00€ e face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 8.522.586,65€ [13.058.009,95 - (4.362.922,30 + 172.501,00)].

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja podemos aumentar a dívida em 1.710.517,33€ (8.552.586,65€ X 20%).

Comparativamente aos últimos anos, em conformidade com os valores constantes do quadro, conclui-se que a dívida no seu conjunto, tem sido sucessivamente reduzida, sendo no exercício em apreciação, um total de 653.605,55.

Pode-se portanto concluir que em termos de endividamento, a situação do Município continua confortável.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.

O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 3.188.135,93€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.



# ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção da Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

### **8.1.1. - Identificação:**

- *Município de Mogadouro*
- *Número de Identificação Fiscal: 506851168*
- *Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO*
- *Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874*
- *MAIL - geral@mogadouro.pt*

*- Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.*

*- N.º de Eleitores: 11.216 - D.R. n.º 43, II Série de 03/03/2014*

### **8.1.3. - Estrutura Organizacional**

	<i>Data da aprovação</i>	<i>Data de publicação</i>	<i>Diário República</i>
<i>Estrutura Orgânica</i>	<i>21 de dezembro de 2012</i>	<i>17 de janeiro de 2013</i>	<i>N.º 12 - II Série</i>
<i>Mapa de Pessoal</i>	<i>Câmara</i>	<i>Assembleia</i>	
	<i>26/11/2013</i>	<i>20/12/2013</i>	



**8.1.4. - Descrição sumária das atividades:**

O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

**8.1.5.- Recursos Humanos – Órgão Executivo**

*De 1 de janeiro a 31 de dezembro*

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães
- António Joaquim Pimentel
- Evaristo António Neves
- João Manuel dos Santos Henriques
- Joana Filipa Vicente Silva
- Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira

*Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:*

*No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:*

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente
- Evaristo António Neves - Vice-Presidente
- Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora

**8.1.6. - Organização Contabilística:**

Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade

das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro)

**8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)**

**Indicadores de Gestão:**

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.030.038,00
Fundo Social Municipal	119.530,00
Participação fixa no IRS	97.793,00
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	10.120.516,92
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	1.897.609,78
Despesas com pessoal do quadro	2.254.652,74
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	553.773,66
Dívidas a Receber de Terceiros	14.684,43

**Ações Inspetivas:**

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º de processo S.P.40800-IO/2011.

**Serviços Municipalizados:**

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

**Regulamentos/Diretivas/Internas:**



- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

**Documentos de Gestão:**

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano - 2014	26 de novembro de 2013	20 de dezembro de 2013
Orçamento para 2014	26 de novembro de 2013	20 de dezembro de 2013
Documentos de Prestação de Contas		

**8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL**

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.º Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

**8.2.3 – Critérios valorimétricos adotados:**



Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade de operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

## **ATIVO**

### **8.2.3.1 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas**

O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

As Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas estão contabilizadas pelo respetivo valor histórico de aquisição ou de produção.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.





Algumas rubricas do balanço sofrerem grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, relacionados com bens que se tornaram inoperacionais, foram abatidos alguns bens mas já totalmente amortizados pelo que o valor do abate é nulo.

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição.

#### **Bens do domínio público**

Os bens do domínio público com o valor líquido de 37.507.435,54€, registaram uma quebra de 4.294.545,18€ em relação ao ano anterior, resultante do valor das amortizações que comparativamente ao ano de 2013, aumentaram na mesma proporção (4.610.076,57€). Aumentaram as "Outras construções e infraestruturas" e reduziram as "imobilizações em curso" que transitam para a primeira, após a receção provisória das obras.

#### **Imobilizações Incorpóreas**

Este item, apesar da alta taxa de amortização neste tipo de bens como o software informático e outras despesas, cujo valor é amortizado em 3 anos, apresenta o um aumento considerável de 123.342,77€ em relação ao ano transato.

#### **Imobilizações corpóreas**

Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 46.275.248,34€, com aumentos na maioria das rubricas (terrenos, equipamentos e imobilizações em curso) e

*diminuições nos edifícios e construções e no equipamento básico, apresentando no total uma diminuição de cerca de 550.000,00 resultante do valor das amortizações ser superior ao valor do novo investimento.*

### **Investimentos Financeiros – Partes de Capital**

*A rubrica de “Partes de Capital” regista o mesmo valor de 2013 com 6.490,98 e relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €).*

*A justificação para as diminuições verificadas no ano e de acordo com o mapa detalhado das Amortizações e Provisões, dizer que as amortizações acumuladas registam um aumento, em termos absolutos de 7.132.133,62€ em relação a 2013, apresentando em 2014, o saldo final de 62.264.805,56€. Durante o ano em análise verificam-se 7.198.379,58€ de Amortizações e 66.245,96€ de Regularizações.*

#### **8.2.3.2 Amortizações e provisões**

*As imobilizações corpóreas estão valorizadas pelos valores de aquisição /produção, líquido das reintegrações acumuladas, e sujeitas a amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.*

*Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;*

#### **8.2.3.3 Existências**

Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado.

O custo de aquisição inclui os gastos necessários para as colocar no seu estado atual.

O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

No final do ano, o armazém regista o valor de 169.993,47€, desagregado conforme o mapa seguinte refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água e outros.

EXISTÊNCIAS - 2014	
Matérias-Primas	10.532,04€
Matérias subsidiárias	0,60€
Outros combustíveis	3,36€
Lubrificantes	1.400,44€
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	509,58€
Material de escritório	29.372,85€
Artigos para oferta	3.020,40€
Limpeza, higiene e conforto	2.300,29€
Material de transporte	38,40€
Material de educação, cultura e recreio	88,78€
Vestuário e artigos pessoais	5.341,90€
Outros fornecimentos e serviços	116.354,65€
Produtos químicos	1.030,18€
<b>TOTAL</b>	<b>169.993,47€</b>

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

<i>Movimentos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</i>
<i>Existências iniciais</i>		192.359,23€
<i>Compras</i>		477.744,58€
<i>Regularizações de Existências</i>		-2.889,81 €
<i>Existências finais</i>		169.993,47 €
<i>Custos no exercício</i>		497.220,53 €

#### **8.2.3.4 Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

#### **Depósitos em instituições financeiras e Caixa**

*Depósitos em instituições financeiras*- O valor de 3.629.384,96€, corresponde à disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no *Resumo Diário da Tesouraria* do último dia do ano. De referir que 502.831,99€ são referentes a operações de tesouraria principalmente caucões e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das caucões.

*Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 1.667,98 €.*

### **8.2.3.5 Dívidas de e a Terceiros**

*As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira;*

*As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas;*

*Utentes- O valor de 143.762,17€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.*

*Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 14.684,43€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam uma diminuição de cerca de 1.000,00€ em relação a 2013.*

*Estado e outros entes públicos - O valor de 59.930,20 € representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o próximo ano.*

### **8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos**

*As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POCAL, no caso concreto*



*o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.*

**8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.**

*Não aplicável.*

**8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:**

- Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;
- Por amortizações do ativo Imobilizado superiores às adequadas;
- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

*Não aplicável.*

**8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».**

*Os valores expressos na rubrica Despesas de investigação e de desenvolvimento contemplam os valores inerentes a estudos e projetos de infraestruturas.*

## **PASSIVO**

*O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:*

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);



- *Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (resultam nas cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);*

*Património - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.*

*Subsídios - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.*

*Os resultados transitados apresentam o valor final de 27.151.355,86€, ou seja uma diminuição de 1.982.327,41€ relativamente a 2013.*

*Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - O valor desta rubrica com 4.313.593,89 €, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2014, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 699.506,22€.*

#### **Dívidas a Terceiros – Curto Prazo**

*Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 56.305,04 €, o que representa um aumento de 51.223,27 € relativamente ao ano de 2013.*

*Outros Credores- O valor de 8.932,59 € corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades que não*





consideramos como dívida por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

**Garantias e Cauções-** O valor global de 461.914,13€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

**Acréscimos e Diferimentos** - A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2015, cujo custo onera o exercício de 2014 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2014, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 341.084,37€ corresponde a esses direitos e é praticamente igual ao do ano anterior.

**Proveitos diferidos** - Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 111.999,08€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (24.597.099,17€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam mostrando que no decorrer de 2014, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

**827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:**

**Ativo Bruto**

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público</b>						
Terrenos e recursos naturais	680.620,16	0,00	322,50	0,00	0,00	680.942,66
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	68.142.762,33	0,00	112.274,01	0,00	369.889,23	68.624.905,57
Bens do património histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	258.173,86	0,00	38.980,86	0,00	-205.915,21	91.239,51
Adiantamentos p/ conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>69.081.556,35</b>	<b>0,00</b>	<b>151.577,37</b>	<b>0,00</b>	<b>163.954,02</b>	<b>69.397.087,74</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	17.823,00	0,00	0,00	0,00	119.283,85	137.106,85
Propriedade Industrial e outros direitos	241.971,33	0,00	3.566,39	0,00	0,00	245.537,72
Imobilizações em Curso	64.978,00	0,00	132.180,72	0,00	0,00	197.158,72
Adiantamentos p/ conta de imobil. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>324.772,33</b>	<b>0,00</b>	<b>135.747,11</b>	<b>0,00</b>	<b>119.283,85</b>	<b>579.803,29</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.535.152,16	0,00	13.523,42	0,00	0,00	6.548.675,58
Edifícios e outras construções	51.147.386,94	0,00	142.548,08	0,00	45.276,84	51.335.211,86
Equipamento básico	11.477.977,08	0,00	75.841,17	0,00	0,00	11.553.818,25
Equipamento de transporte	1.224.417,18	0,00	68.847,16	54.810,78	0,00	1.238.453,56
Ferramentas e utensílios	704.058,49	0,00	324.201,90	0,00	-201,00	1.028.059,39
Equipamento administrativo	1.353.157,55	0,00	138.416,03	0,00	-11.339,18	1.480.234,40
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.163.264,42	0,00	212.686,70	0,00	-95,00	1.375.856,12
Imobilizações em curso	831.313,37	0,00	1.331.982,37	0,00	-450.007,96	1.713.287,78
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0	0	0	0	0,00	0,00
	<b>74.436.727,19</b>	<b>0,00</b>	<b>2.307.646,83</b>	<b>54.610,78</b>	<b>-416.366,30</b>	<b>76.273.396,94</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Partes de capital	6.490,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6.490,98
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>6.490,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.490,98</b>



## Amortizações e Provisões

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	27.279.575,63	0,00	0,00	27.279.575,63
Bens do património histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de bens dom.público	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>27.279.575,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.279.575,63</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	15.790,67	0,00	0,00	15.790,67
Propriedade industrial e outros direitos	229.525,90	0,00	0,00	229.525,90
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>245.316,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>245.316,57</b>
<b>Imobilizações Copóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	13.318.531,87	0,00	0,00	13.318.531,87
Equipamento básico	10.875.369,66	0,00	0,00	10.875.369,66
Equipamento de transporte	1.096.857,31	0,00	54.610,78	1.042.246,53
Ferramentas e utensílios	434.918,30	0,00	201,00	434.717,30
Equipamento administrativo	1.141.474,93	0,00	11.339,18	1.130.135,75
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	740.627,67	0,00	95,00	740.532,67
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0	0	0,00	0,00
	<b>27.607.779,74</b>	<b>0,00</b>	<b>66.245,96</b>	<b>27.541.533,78</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>55.132.671,94</b>	<b>0,00</b>	<b>66.245,96</b>	<b>55.066.425,98</b>

**8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações**



Os encargos de 27.439,67€ em juros e 699.506,22€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.

**8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado**

*Não se verificou a situação enunciada.*

**8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

*Imobilizações em poder de terceiros;*

*Não aplicável.*

*Imobilizações implantadas em propriedade alheia;*

*Não aplicável.*

**8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos**

*Em 31/12/2014, não existe qualquer bem em regime de locação financeira.*

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

*As razões da impossibilidade de valorização dos bens do imobilizado, estão associadas à não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nalguns casos porque são muito antigos e noutros porque os mesmos foram cedidos graciosamente.*



**8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

*Os bens de domínio público não sujeitos a amortização são designadamente terrenos e recursos naturais e outros imóveis de património natural, pelo facto de não estar definido no Decreto-lei nº 671/2000 de 10 de Março.*

**8.2.16 - Identificação das entidades participadas**

*Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:*

*Douro Superior Associação de Desenvolvimento  
Av. Combatentes da Grande Guerra  
5160-217- TORRE DE MONCORVO*

*Participação detida: 500,00 €*

*Capital Próprio: 211.548,68 €*

*Resultado do último exercício (2014): 547,19 €*

*Laboratório Regional de Trás-os-Montes  
Complexo do Cachão  
5370-132 - CACHÃO*

*Participação detida: 4,55%*

*Capital Próprio: 676.975,45 €*

*Resultado do último exercício (2014): 22.347,04€*

*Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos  
Av. Combatentes da Grande Guerra  
5160-217- TORRE DE MONCORVO*

*Participação detida: 6.000,00€*

*Capital Próprio: 699.531,01€*

*Resultado do último exercício (2013): 20.763,03€*

*IAREN-Instituto da Água da Região Norte*

*Rua Dr. Eduardo Torres, 229*

*4450-113 - MATOSINHOS*

*Participação detida: 299,28 €*

*Capital Próprio: 2.536.652,89€*

*Resultado do último exercício (2013) - -163.892,96€*

*Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano*

*Rua Visconde da Bouça*

*5301-903 - Bragança*

*Participação detida - 42.908,88€*

*Capital Próprio: 6.878.820,79 €*

*Resultado do último exercício (2013): 137.653,56€*

*Associação Nacional de Municípios Portugueses*

*Av. Marnoco e Sousa, 52*

*3004-511 - Coimbra*

*Participação detida - 4.756,00€*

*Capital Próprio: 1.853.485,27 €*

*Resultado do último exercício (2014): -104.360,73€*

*Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.*

*Castelo de Santiago da Barra*

*4900-360 - VIANA DO CASTELO*

*Participação detida: 1.500,00 €*

*Capital Próprio: 3.699.023,93€*

*Resultado do último exercício (2013): 1.725.653,96€*

*Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional*

*Av. Heróis de Castelo Rodrigo, n.º. 59*

*6440-113 - Figueira Castelo Rodrigo*

*Participação detida: 1.500,00 €*

*Capital Próprio: 307.202,90€*

*Resultado do último exercício (2013): 245.210,82€*

*Agência de Energia de Trás-os-Montes*

*Avenida dos Aliados, 9*

*5400- Chaves*

*Participação detida:*

*Capital Próprio: 33.446,53€*

*Resultado do último exercício (2013): 6.407,71€*



**8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria**

*Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:*

*Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.*

**8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

*Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.*

**8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**



No ano 2014, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses no valor de 25.339,15 €. O valor total da provisão ascende a 14.684,43€.

### 8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Após análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, verifica-se que não existem dívidas de e ao pessoal da autarquia.

### 8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

### 8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não existem dívidas ao Estado em mora.

### 8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1.341.232,47€	129.196,35€	87.495,09€		1.299.531,21€
Recibos para cobrança	38.934,74€		79.973,91€	104.224,22€	14.684,43€	
<b>Total</b>	<b>38.934,74€</b>	<b>1.341.232,47€</b>	<b>209.170,26€</b>	<b>191.719,31€</b>	<b>14.684,43€</b>	<b>1.299.531,21€</b>

### 8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:



Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	23.148,36€	0,00	8.463,93€	14.684,43€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

**8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.**

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2014	2013
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. De partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.529.957,23€	18.423.446,87€
576 Doações	300,00	300,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	<u>27.151.355,86€</u>	<u>29.133.683,27€</u>
Subtotal-----	<u>61.749.032,65€</u>	<u>63.624.849,70€</u>
Resultado líquido do exercício	<u>-3.188.135,93€</u>	<u>-1.657.588,29€</u>
Total dos Fundos Próprios	<u>58.560.896,72€</u>	<u>61.967.261,41€</u>

As variações verificadas na rubrica de Fundos Próprios, estão diretamente relacionadas com a acumulação do resultado líquido do exercício.

**8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:**

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	192.359,23€
Compras	0,00	477.744,58
Regularizações de existências	0,00	-2.889,81€
Existências Finais	0,00	169.993,47€
<b>Custo no Exercício</b>		<b>497.220,53€</b>

**8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

*Não aplicável.*

**8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014/12/31	2013/12/31			2014/12/31	2013/12/31
681	Juros suportados	27.439,67	41.190,81	781	Juros obtidos	3.724,02	2.347,13
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Imóveis	267.225,42	9.218,50
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	2.893,24	3.742,31	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	6.200,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>30.332,91</b>	<b>44.933,12</b>				
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>246.816,53</b>	<b>-33.367,49</b>		<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>277.149,44</b>	<b>11.565,63</b>			<b>277.149,44</b>	<b>11.565,63</b>

**8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014/12/31	2013/12/31			2014/12/31	2013/12/31
691	Transferências capital concedidas	453.422,54	655.852,64	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	8.463,93	94,97
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	2.278,34	794	Ganhos imobilizações	0,00	63,59
695	Multas e penalidades	210,00	761,97	795	Benefícios penal. contratuais	14.092,11	3.331,05
696	Aumentos amortizações provisões	0,00	0,00	796	Reduções amortiz. provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	2.368,49	75.625,21	797	Correções relativas exercício anteriores	21.519,88	14.332,93
698	Outros custos e perdas extraordinários	10.344,73	13.020,58	798	Outros proveitos e ganhos financeiros	1.365.571,75	1.364.226,27
<b>Total</b>		<b>466.545,76</b>	<b>747.538,74</b>	<b>Total</b>			
<b>Resultados Extraordinários</b>		<b>943.301,91</b>	<b>634.510,07</b>				
<b>Total</b>		<b>1.409.647,67</b>	<b>1.382.048,81</b>			<b>1.409.647,67</b>	<b>1.382.048,81</b>

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa dos Fluxos de Caixa
- Mapa das Contas de Ordem
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Mapa dos Empréstimos



- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução Anual das Opções do Plano
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Transferências Obtidas Correntes e de Capital
- Mapa de Transferências e Subsídios Concedidos Correntes e Capital
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Resumo Diário de Tesouraria
- Fundos de Maneio
- Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais
- Mapa síntese dos bens inventariados